



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2013
------	------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	À DISTANCIA
-------------	-------------

UNIDADE CORREICIONADA:	Vara do Trabalho de Ceres
------------------------	---------------------------

PERÍODO CORREICIONADO:	1º/03/2012 a 28/02/2013
------------------------	-------------------------

CORREGEDOR:	Juiz Aldon do Vales Alves Taglialegna
-------------	---------------------------------------

EQUIPE CORREICIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Cynthia Thereza Bacelar Xavier	Diretora de Secretaria Substituta da Corregedoria Regional
Bruno Barbosa Dib	Assistente
Geisa Azevedo Carlos Campelo	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	2.550
2	Processos remanescentes do período anterior	1.898
3	Processos resolvidos	3.875
4	Produção	87%
5	Processos pendentes de julgamento	579
6	Execuções iniciadas	432
7	Processos recebidos na fase de execução	68
8	Execuções encerradas	270
9	Execuções trabalhistas pendentes (em trâmite e suspensas)	497
10	Execuções fiscais pendentes (em trâmite e suspensas)	20
11	Execuções no arquivo provisório	70
12	Execuções previdenciárias pendentes (em trâmite e suspensas)	234
13	Total de execuções (soma dos itens 9, 10, 11 e 12)	821
CARTAS PRECATÓRIAS E CARTAS DE ORDEM RECEBIDAS		
14	Cartas precatórias e Cartas de Ordem recebidas	232
15	Cartas precatórias e Cartas de Ordem cumpridas	245
16	Cartas precatórias e Cartas de Ordem pendentes de cumprimento	43
CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS		
17	Cartas precatórias expedidas	289
18	Cartas precatórias devolvidas pela vara deprecada	177
19	Cartas precatórias pendentes de devolução	215

20	Número de processos recebidos no período anterior	5.464
21	Número de processos recebidos no período correicionado	2.550
22	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%)	-53%
23	Número de processos na fase de execução no período anterior	675
24	Número de processos na fase de execução no período correicionado	821
25	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%)	21,63%

2 - ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 - Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	MARIA DAS GRAÇAS CONÇALVES OLIVEIRA
Juiz Auxiliar	
Juiz Substituto	-

2.2 - Residência do Juiz Titular

O Juiz(iza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de jurisdição da Vara?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	
Auxiliar fixo	X	X	X	X	

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 - Audiências

2.4.1 - Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4
---	---

Se necessário, para adequação da pauta, são marcadas audiências nas sextas-feiras.

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
	X	

2.4.2 - Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário	X	

2.4.3 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	150
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	149
Audiências de instrução (ou de prosseguimento)	15
Julgamentos (quantidade de sentenças publicadas)	74

2.4.4 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	93
Ordinário	98

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	568
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	3
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	47
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	80

2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 - Média mensal de sentenças publicadas no período correccionado	73,75
---	-------

2.6.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	5
Ordinário	8

2.6.3 - Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	X	X
Juiz Auxiliar (se houver)	X	X
Juiz Substituto (se houver)		

2.6.4 - Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	7
---	---

2.6.5 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	2
Sentença na fase executória	-
Embargos de declaração	-

2.6.6 - Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz(iza)
3608/2012-35	19/02/13	31	Maria das Graças G. Oliveira
3609/2012-20	19/02/13	31	Maria das Graças G. Oliveira
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			2

2.7 - Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT - 30 dias)	93
Ordinário (segundo diretriz da Administração - 100 dias)	119

2.8 - Conciliações

Especificação	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?		X
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	47%	
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)	26%	

2.9 - Taxa de congestionamento do exercício anterior (2011)

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	22%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	15%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	61%
Na Unidade correicionada, na fase de execução	68%

2.10 - Produção

Magistrado	Mês de Atuação	Processos em pauta	Quantidade sentenças	Prazos médios para prolação de sentenças		Quantidade		
				SUM	ORD	EDs	EEs	ETs
Eneida Martins Pereira de Souza Alencar	03/12	209	219	6	16	1	0	0
	04/12	223	165	6	10	1	0	0
	05/12	240	222	0	1	4	0	1
	06/12	121	121	15	15	0	0	0
	07/12	246	136	3	17	14	1	0
	08/12	44	14	12	1	0	0	0
	09/12	63	33	12	49	1	0	0
	10/12	197	85	23	18	0	0	0
	11/12	0	53	19	33	0	0	0
	12/12	29	28	0	1	0	2	0
	01/13	136	6	0	0	3	1	0
	02/13	0	1	0	0	0	1	0
	TOTAIS	1508	1083	8	13	24	5	1
Maria das Graças Gonçalves Oliveira	01/13	119	57	0	0	0	0	0
	02/13	188	154	9	16	0	3	0
	TOTAIS	307	211	5	8	0	3	0
Marcelo Alves Gomes	03/12	218	204	0	4	1	1	0
	04/12	134	180	1	9	2	0	0
	05/12	242	264	1	2	22	0	0
	06/12	193	166	1	2	1	1	0
	07/12	0	46	1	3	0	0	0
	08/12	236	147	3	2	3	6	0
	09/12	187	76	4	4	0	2	0
	10/12	219	141	2	7	0	1	0
	11/12	309	137	2	4	1	0	0
	12/12	165	114	2	1	2	0	0
	02/13	65	34	0	0	1	0	0
	TOTAIS	1968	1509	2	3	33	11	0

3 - SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**3.1 - Estrutura da Secretaria****3.1.1 - Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Jânio da Silva Carvalho	Diretor de secretaria - CJ3	efetivo
João Cesar Huppés	Assistente de diretor - FC5	efetivo
Aline Patrícia Dias e Silva	Assistente de juiz - FC5	efetivo
Antônio Gomes Júnior	Assistente de juiz - FC5	efetivo
Clécia Messias de Souza	Secretária de audiência - FC3	cedido federal
Emmanuel José Rodrigues Oliveira Lopes	Oficial de Justiça	efetivo
Flávia Alves de Castro	Secretária de audiência - FC3	cedido federal
Geruza Auto de Albuquerque	Técnico Judiciário - FC2	efetivo
Isabela Ataíde Rosendo	Analista Judiciário	efetivo
Jackeline Vinhal Pereira Bento	Analista Judiciário	efetivo
José Eugênio de Cirqueira Neto	Agente de Segurança	efetivo
Moisés Araújo Dantas	Analista Judiciário - FC2	efetivo
Paulo Afonso Bento	Assistente 2 - FC2	cedido federal
Ruth Lemes de Jesus	Analista Judiciário - FC2	efetivo

3.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	17
Notebooks	1
Impressoras	5
Multifuncionais	2
Fax	-
Digitalizadora	2
Leitores óticos	3

3.2 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	3
Atualização de cálculos	3
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	8

3.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em <i>softwares</i> homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

4 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade procedeu à digitalização da integra dos processos, quando da implantação do processo digital?		X	
2	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do Novo PGC?	X		
3	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo? (indicar no campo observações com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		A unidade inclui os processos mensalmente
4	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do Novo PGC)?		X	
5	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 175 do Novo PGC?	X		
6	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do Novo PGC?		X	
7	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, nos termos do art. 195 do Novo PGC?	X		
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria, conforme art. 18, I da Consolidação do Provimentos da CGJT?		X	
9	A unidade fotografa os bens no ato da penhora, disponibilizando as fotos no processo?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
10	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do Novo PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva? (Em caso afirmativo, dar exemplos)	X		A Unidade atende parcialmente o procedimento.
11	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada?	X		
12	Nas execuções suspensas por inércia do credor, é expedida certidão de crédito ao credor, nos termos do art. 242 do Novo PGC? Em caso afirmativo, qual o procedimento adotados após a expedição?		X	
13	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do Novo PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento definitivo do processo?		X	
14	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
15	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do Novo PGC?	X		
16	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a dívida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Unidade procede à guarda física dos autos em papel que baixam do Tribunal, após o julgamento de recursos, ou que aguardam julgamento de recursos pelo TST, bem como das Ações de Execução Fiscal recebidos da justiça comum?	X		
18	A unidade obedece o disposto no art. 179 do Novo PGC, no sentido de utilizar todos os meios de execução, inclusive os previstos no art. 159 do Novo PGC?	X		
19	Lançamento, imediatamente após a ocorrência, o valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 163 parágrafo 2º do PGC		X	
20	A unidade possui processos com o último andamento AQC-Arquivo Definitivo/Certidão de Crédito Expedida?	X		
21	A Unidade realiza a reunião de processos na fase de execução? Em caso afirmativo, a reunião importa na extinção do processo reunido? Dê exemplos.	X		A reunião não importa no arquivamento definitivo dos processos reunidos.
22	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e entregar à equipe correicional no dia da correição)		X	
23	Encontra-se em andamento processo de eliminação de autos findos? (em caso afirmativo, indicar no campo observações qual o período envolvido, bem como a data da última eliminação)	X		Os processos arquivados no ano de 2005 e 2006 foram eliminados em 03.05.2011. Encontra-se em andamento a eliminação dos processos arquivados até dezembro/2007.
24	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list) e indicando o prazo de guarda dos autos, possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		

5 - SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**5.1 - Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG	X		
INCRA	X		
JUCEG	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

5.2 - Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6 - RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**6.1 - Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
5.1 - o integral cumprimento, pela unidade, das determinações contidas nos artigos 86 do PGC, nas sentenças proferidas e nos acordos homologados por decisão;	X		
5.2 - a observância do disposto no parágrafo único do artigo 339 do PGC, visto que, em processos em que figura como reclamante pessoa idosa ou menor, não há a intimação do Ministério Público do Trabalho das sentenças proferidas e dos acordos homologados.		X	
5.3 - o lançamento, apenas após a sua ocorrência ou quando presumido pelo juízo a sua ocorrência, do valor relativo aos créditos trabalhistas, nos termos do artigo 164 do PGC e do artigo 18, inciso V, alínea h, do Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do trabalho - CPCGJT;		X	
5.4 - que a secretaria utilize no sistema assinador/publicador a correta nomenclatura dos atos processuais que são por ele disponibilizados na rede mundial de computadores, conforme disposição do artigo 55, parágrafo 1º, do PGC, e do artigo 18, inciso V, alínea h, do Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do trabalho - CPCGJT;	X		
5.5 - a observância pela secretaria do disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80, quanto à necessidade de fazer constar dos editais de citação, nas ações de execução fiscal, o número e a data de inscrição no registro da Dívida Ativa - CDA, e parágrafo único do artigo 184 do PGC, quanto à necessidade de fazer constar dos editais de citação, nas ações de execução fiscal, o prazo do edital e o prazo para resposta do executado, bem como certificar a data da publicação do edital no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT, conforme determinação contida no artigo 43 do PGC;	X		
5.6 - que a unidade passe a adotar o procedimento previsto na Recomendação Conjunta nº 2/GP.CGJT, de 28 de outubro de 2011, noticiada através do Ofício-Circular TRT 18ª Região GP/SGP nº 01/2012, no sentido de proceder o encaminhamento de cópia das sentenças que reconheçam conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria-Geral Federal.	X		Atendido parcialmente.

6.2 - Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇA, correta e regularmente, no SAJ os valores decorrentes dos acordos ou das execuções, descumprindo, assim, o disposto no artigo 163 do PGC (Processos: 3405-73.2012; 3408-28.2012; 3471-53.2012; 3293-07.2012; 3291-37.2012; 3289-67.2012).
2	Nos processos a seguir relacionados com sentença proferida, constatou-se que a Vara do Trabalho CUMPRE o artigo 81 do PGC, uma vez que constam do texto das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: 232-41.2012, 2818-51.2012, 3233-34.2012, 1752-36.2012 e 2473-85.2012)
3	Nos processos a seguir relacionados com sentença proferida, constatou-se que a Vara do Trabalho profere preponderantemente sentenças líquidas, adotando o procedimento previsto no artigo 158 do PGC (processos: 232-41.2012, 1752-36.2012 e 2473-85.2012)
4	No processo a seguir relacionado com sentença proferida, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO CUMPRIU o disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo 86 do PGC, ao não expedir ofício ao INSS, bem como ao não encaminhar, via e-mail, à Procuradoria Geral Federal cópia das sentenças, nos casos em que haja reconhecimento de conduta culposa do empregador nas ações que tiverem por objeto acidente de trabalho (processo: 3939-51.2011)
5	Nos processos a seguir relacionados em que houve conciliação, constatou-se que são cumpridos os artigos 76 e 81 do PGC nos acordos homologados pela Vara do Trabalho, contendo as respectivas atas homologatórias as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: 5109-58.2011, 4797-82.2011, 3110-36.2012 e 1535-90.2012).
6	Nos processos a seguir relacionados em que houve conciliação, constatou-se a utilização de conta particular para pagamento dos acordos homologados (processos: 5109-58.2011, 4797-82.2011, 3110-36.2012 e 1535-90.2012).
7	Nos processos a seguir relacionados em que houve conciliação, constatou-se que foram reunidos processos em face de um mesmo devedor para execução dos débitos previdenciários, sendo que nesses casos a Secretaria da Vara procedeu o recolhimento da contribuição previdenciária através do valor depositado na execução, utilizando para isso apenas uma guia GPS, preenchida com o código incorreto (2909) e com os dados de apenas um reclamante, descumprindo o disposto no § 4º do artigo 177 do PGC (processos: 5109-58.2011 e 4797-82.2011).
8	Nos processos a seguir relacionados em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara não lança no SAJ os valores referentes ao pagamento das parcelas do acordo pagos mediante conta particular, descumprindo o disposto no artigo 163, § 1º do PGC (processos: 4797-82.2011, 3110-36.2012 e 1535-90.2012).
9	Ao verificar os andamentos dos processos no SAJ-18, em 20-03-2013, utilizando para tanto a ferramenta disponibilizada pelo próprio sistema (RELATÓRIO PELO ÚLTIMO ANDAMENTO), constatou-se que não há uma quantidade significativa de processos com data limite excedida.
10	Constatou-se, em 20/03/2013, através do módulo de gerenciamento de processos - Birô, que não foi detectado um número significativo de processos com data limite vencida.
11	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Secretaria da Vara não lança no SAJ o andamento "EXECUÇÃO SUSPensa" com a indicação do motivo, além de lançar equivocadamente no SAJ o andamento ARQUIVO PROVISÓRIO, em desconformidade com a determinação Judicial existente nos autos (processos: 3172-13.2011, 2446-39.2011, 1750-03.2011, 1354-26.2011 e 1167-81.2012) .

Item	Constatações
12	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica a prescrição intercorrente por meio de decisão do Juízo, pelo prazo de dois anos, nos casos de execução trabalhista (processos: 3172-13.2011, 2446-39.2011, 1750-03.2011, 1354-26.2011 e 1167-81.2012) .
13	Nos processos a seguir relacionados, de execução fiscal, constatou-se que a Vara do Trabalho cita regularmente o executado, para pagar ou garantir a execução no prazo de cinco dias, nos termos do art. 8º, I da Lei 6.830/80 (Processos: 2945-86.2012; 4008-49.2012; 165-76.2012; 4149-05.2011)
14	Nos processos a seguir relacionados, de execução fiscal, constatou-se que a Vara do Trabalho faz constar do edital de citação o prazo de 30 dias para publicidade e os números das CDA's, data e número da inscrição no registro da dívida ativa, com regular cumprimento ao artigo 8º, IV da Lei 6.830/80 (Processos: 2945-86.2012)
15	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução previdenciária, constatou-se que nas decisões de homologação de acordo da Vara do Trabalho consta o número equivocado (176/2010) da Portaria do MF que trata da necessidade ou não da intimação da Procuradoria Federal. O número atual da Portaria do MF é o 435/2011 (processos: 2012-16.2012, 1486-49.2012, 1849-36.2012, 2630-58.2012, 3114-73.2012 e 1725-53.2012).
16	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara não recolhe a contribuição previdenciária conforme o procedimento previsto no § 4º e 5º do artigo 177 do PGC, nos casos em que o executado deposita o valor total da execução em conta judicial (processos: 2012-16.2012, 1486-49.2012, 1849-36.2012, 2630-58.2012, 3114-73.2012 e 1725-53.2012) .
17	No processo a seguir relacionado em fase de execução previdenciária, constatou-se que, no caso em que o débito previdenciário é inferior ao valor-piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00), a Vara do Trabalho extingue a execução mediante determinação judicial (processo: 3011-66.2012) .
18	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara não lança no SAJ os valores referentes ao recolhimento previdenciário e às custas arrecadadas, descumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 2012-16.2012, 1486-49.2012, 2630-58.2012, 3114-73.2012 e 1725-53.2012).
19	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução trabalhista, constatou-se a Vara do Trabalho adota o procedimento previsto no artigo 158 do PGC, indicando expressamente nas sentenças líquidas que após a intimação do devedor, por meio do diário de justiça eletrônico, o pagamento ou garantia da dívida deverá ocorrer no prazo de 48 horas do trânsito em julgado, ficando dispensada a citação (processos: 1340-08.2012, 2590-76.2012 e 1751-51.2012) .
20	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza apenas os convênios BACENJUD, RENAJUD, não adotando outros meios, independentemente do requerimento da parte, na tentativa de encontrar bens do executado para constrição, como, por exemplo, a expedição de mandado de penhora e avaliação, descumprindo o disposto no Ofício-Circular nº 17/2011 TRT 18 SCR que informa a Recomendação nº 1/CGJT de 2011 (processos: 900-12.2012 e 1751-51.2012).
21	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho cita os sócios antes de qualquer medida construtiva de seus bens, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, cumprindo o disposto no artigo 160 do PGC (processos: 900-12.2012 e 1751-51.2012)

Item	Constatações
22	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Secretaria da Vara não lança corretamente no SAJ os valores decorrentes da execução, descumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos:2590-76.2012 e 1340-08-2012).
23	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Secretaria da Vara lançou equivocadamente no SAJ o andamento "EXE", uma vez que tratavam-se de execuções previdenciárias, cujo andamento correto é "EXI", descumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: 479-22.2012 e 1786-11.2012)
24	Nos processos a seguir relacionados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, constatou-se que a Vara NÃO INTIMOU o MPT das audiências iniciais designadas, sentenças e acordos homologados, descumprimento o art. 346 do PGC (Processos: 3324-27.2012; 3130-27.2012; 3301-81.2012; 3324-27.2012)
25	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara CUMPRE o disposto no artigo 128 do PGC, uma vez que consta da última folha dos autos o Termo de remessa contendo rol de feriados, indicação do rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença (processos: 445-47.2012, 1005-86.2012, 932-17.2012, 4916-43.2011 e 5124-27.2011).
26	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO analisa, constando do despacho, de forma explícita, os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal, em desconformidade com o disposto no art. 18, inciso I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: 445-47.2012, 5131-19.2011, 1005-86.2012, 932-17.2012, 4916-43.2011 e 5124-27.2011).
27	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho procede ao lançamento no SAJ das custas comprovadas na interposição do Recurso Ordinário, em conformidade com o disposto no art. 163 do PGC (processos: 5131-19.2011, 932-17.2012, 4916-43.2011 e 5124-27.2011), deixando, todavia, de lançá-los com regularidade nos demais processos .
28	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 03/07/2012 e 19/03/2013, constatou-se que: (1º) são realizadas audiências de segunda a quinta-feira; (2º) o atraso médio para início de audiências é de 13 minutos; e (3º) em média, são incluídos, diariamente, na pauta de audiências 20 (vinte) processos.
29	Analisados por amostragem os atos processuais no período correccionado, constatou-se que o prazo médio para elaboração de despachos é de 3 (três) dias superior ao prazo previsto no artigo 189, inciso I do CPC de aplicação subsidiária ao processo do trabalho. Constatou-se, também, que o prazo médio para cumprimento de despachos e diligências pela Secretaria da Vara é de 3 (três) dias, portanto, superior ao prazo previsto no artigo 190, inciso II do CPC de aplicação subsidiária ao processo do trabalho.
30	Constatou-se que nos processos RTOrd 0003375-38.2012.5.18.0171; RTSum 0003301-81.2012.5.18.0171; a petição de embargos de declaração foi interposta em 28/01/2013 e somente no dia 11/03/2013, foi dada vista à parte contrária para manifestar-se. Os incidentes encontram-se pendentes de solução.
31	Constatou-se ainda que nos processos a seguir relacionados, com incidente processual protocolizado, a Vara do Trabalho lançou conclusão para despacho em 31/01/2013 e somente em 24/02/2013 foi confeccionado despacho, dando vista à parte contrária para manifestar-se (Processos: 3376-23.2012; 3378-90.2012; 3379-75.2012; 3381-45.2012; 3382-30.2012; 3386-67.2012 e 3391-89.2012). Os referidos incidentes já se encontram solucionados. O Excelentíssimo Juiz Auxiliar, esteve em gozo de férias no período de 21/01/2013 a 19/02/2013. A Secretaria da Vara não lançou o andamento OFMI em nenhum dos processos.
32	Nos processos a seguir relacionados, a Secretaria da Vara não procedeu ao lançamento no SAJ do andamento de conclusão para julgamento dos incidentes (QJEE, QJED). Processos: 11400-53.2009, 4080-07.2010, 6978-90.2010, 4415-89.2011, 4807-29.2011, 1280-35.2012, 3375-38.2012 e 3301-81.2012.
33	Analisados processos tomados por amostragem, constatou-se os seguintes prazos médios para solução de incidentes nas fases de conhecimento e execução: 4 dias para julgamento de embargos de declaração e 7 dias para julgamento de embargos à execução.